

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3”), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Colômbia, Uruguai e Índia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, compreendem as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, da Companhia para o período findo em 31 de março de 2018, foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 03 de maio de 2018.

2.2 Principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo 31 de dezembro de 2017.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações contábeis intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção da IFRS 9 – Instrumentos financeiros e IFRS 15 – Receita de contratos com clientes que estão descritos nas Notas explicativas 4.1 e 4.2.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras intermediárias consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2018.

	Objeto Social	País-sede	31/03/2018	31/12/2017
			%	%
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Estados Unidos da América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	100,00	100,00
Fras-le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	100,00	100,00
Freios Controil Ltda (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	99,99	99,99
Fras-le Panamericana S.A.S (a)	Representação e comércio de autopeças	Colômbia	100,00	100,00
PALR S.A (a)	Holding da Armetal Autopartes e Farloc	Argentina S.A.I.C YF	100,00	100,00
FANACIF S.A (a)	Fabricação e comércio de autopeças	Uruguai	100,00	100,00
Armetal Autopartes S.A (c)	Distribuição de autopeças	Argentina	100,00	100,00
FARLOC Argentina S.A.I.C YF (d)	Fabricação de líquido de freios e fluidos refrigerantes	Argentina	76,09	76,09
ASK Fras-le Friction Private Limited (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Índia	51,00	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda (b)	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	80,10	-

- (a) Empresas controladas no exterior.
- (b) Empresa controlada no país.
- (c) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela PALR S.A.
- (d) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Armetal Autopartes S.A.

2.4 Combinação de negócios - aquisição de controlada

Aquisição de controle da Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (“Jurid”)

Conforme fato relevante divulgado em 08 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV (“Federal Mogul”) foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba – São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia com a aquisição do negócio é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio premium para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Em 31 de março de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a apuração e alocação da compra vantajosa, de acordo com as CPC 15 (R1)- Combinações de negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3.

A avaliação inicial da administração da Companhia indica que poderá haver diferença entre o valor justo e o valor contábil apresentado no balanço patrimonial, na data de aquisição. Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando o balanço patrimonial da Jurid em 31 de dezembro de 2017, e os ajustes do valor justo estimados até 31 de março de 2018.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	4.585	4.585
Clientes	11.397	11.397
Estoques	11.080	11.080
Outros ativos	598	599
Não circulante		
Imobilizado	11.246	41.792
Intangível	-	9.649
Total do ativo	38.907	79.102
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	7.090	7.090
Outros passivos	4.435	4.435
Não circulante		
Outros passivos	2.060	2.060
Total do passivo	13.585	13.585
Ativos líquidos de passivos	25.321	65.516
Participação de não controladores (19,9%)	5.039	13.038
Total de ativos líquidos de passivos da controladoria	20.282	52.478

O efeito da melhor estimativa apurada até 31 de março de 2018 reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	-
Patrimônio líquido	25.321
Participação de não controladores	5.039
Patrimônio líquido adquirido	20.282
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	24.467
Intangível (b)	7.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	(17.843)
Compra vantajosa apurada na operação	34.635

A transação para a aquisição da participação correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Jurid não envolve desembolso financeiro.

- (a) O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação do terreno, imóveis e de parte das máquinas e equipamentos.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar o restante dos ativos tangíveis.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se ao contrato de uso das marcas pertencentes à Federal Mogul e ao contrato de locação referente ao terreno adjacente ao imóvel de Sorocaba e suas edificações (“Free Lease Agreement”) com obrigação de realocação e construção de edificações no terreno da Jurid.

O valor justo das marcas que a Jurid tem direito de uso conforme contratos com a Federal Mogul foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$ 7.999, dos quais R\$ 6.407 referem-se a parcela adquirida pela Companhia, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O *Free-Leasing Agreement* garante a locação das edificações de apoio: refeitório, auditório, portaria, estação de tratamento da água e vias de acesso. Para avaliação das construções a serem realocadas foi utilizado o método da quantificação do custo, resultando em um valor de R\$1.650, dos quais R\$ 1.322 referem-se a parcela adquirida pela Companhia. O contrato foi firmado na data de 30 de dezembro de 2016, tendo como locador a Federal-Mogul Sorocaba Holding Ltda., e como locatária a Jurid. Conforme especificado no contrato, o acordo de uso se mantém vigente até que o processo de realocação das construções esteja definido e concluído. Desta forma, o contrato firmado apresenta prazo indefinido.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre as diferenças temporárias representadas pelas mais valias dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.

2.5 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

2.6 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras intermediárias são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

Controladas	Moeda Funcional
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd	Iuan
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rande
Fras-Le Middle East	Dirham
Freios Controil Ltda	Real
Fras-le Panamericana S.A.S	Peso Colombia
PALR S.A	Peso Argentino
FANACIF S.A	Dólar Americano
Armetal Autopartes S.A.	Peso Argentino
FARLOC Argentina S.A.I.C YF	Peso Argentino
ASK Fras-le Friction Private Limited	Rupias Indianas
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das

políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas está incluída na seguinte Nota explicativa 11 – Provisão para litígios.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 31 de março de 2018 estão incluídas na seguinte Nota explicativa 18 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 14.

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles

praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018, e as ainda não adotadas até a data de emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar as novas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

4.1 CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas.

Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir.

a. *Obrigações de Desempenho*

Conforme a IFRS 15, a prestação de serviços de frete em contratos para os quais a Companhia é responsável pelo transporte, deve ser considerada como uma obrigação de desempenho separada, devendo a Companhia identificar o valor ou percentual que o serviço de frete representa em seu preço de transação e segregá-lo da receita de venda dos produtos.

A Companhia mensurou o impacto da obrigação de execução dos fretes nos contratos com clientes, e concluindo não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2018, como redutora da receita.

Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

b. *Contraprestação variável*

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor

justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem.

De acordo com a IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Companhia opta por não aplicar a norma de restrição na receita.

A Companhia possui programas de incentivos de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia espera que a aplicação da restrição resulte em maior diferimento de receita comparativamente à IFRS atualmente em vigor. Na análise do efeito do diferimento à receita, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

c. Componentes de Financiamento

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo.

A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

4.2 CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A norma IFRS 9/CPC 48 substitui a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

a) classificação e mensuração de ativos financeiros;

b) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e

c) contabilidade de hedge.

a. Redução ao valor recuperável - Modelo de perdas em crédito esperadas

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia.

Em função do atual procedimento de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

b. Contabilidade de hedge

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*) em que se excluíram os componentes (*forward points*) de designação como *hedge* de acordo com a IAS 39. Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as divulgações da Companhia. Devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação a análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da Companhia, visto que o valor de despesas referente aos arrendamentos operacionais dará lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis registrados no passivo e as despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as suas divulgações, devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação à análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da

Companhia, visto que o valor das despesas referente aos arrendamentos operacionais, registradas no resultado operacional, darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis, registradas no resultado financeiro, e às despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	9	353	18.464	15.148
Numerários em trânsito (a)	19.757	18.286	21.229	18.568
Aplicações financeiras (b)	62.434	197.497	73.116	204.057
	82.200	216.136	112.809	237.773

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 60% e 100% (60% a 101% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa 18.

6 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média em 31/03/2018	Controladora e Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017
CDB	100,00 % a 101,50 % do CDI (99% a 102,50% do CDI)	181.991	241.473

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
No País	<u>13.759</u>	6.119	<u>18.555</u>	10.027
De terceiros	8.206	2.908	12.427	4.838
Partes relacionadas	3.352	685	3.378	2.090
Vendor	2.201	2.526	2.750	3.098
No exterior	<u>203.296</u>	182.988	<u>99.350</u>	71.324
De terceiros	8.170	12.091	99.350	71.324
Partes relacionadas	<u>195.126</u>	170.897	-	-
	<u>217.055</u>	189.107	<u>117.905</u>	81.351
Menos:				
Ajuste a valor presente	(531)	(658)	(566)	(681)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(1.090)</u>	(1.047)	<u>(3.544)</u>	(2.877)
	<u>215.434</u>	187.402	<u>113.795</u>	77.793

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 09 dias, respectivamente, para o mercado externo oriundo de controladas 395 e 421 dias e para o mercado externo e oriundo de terceiros 79 e 77 , respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício/período	(1.047)	(874)	(2.877)	(2.224)
Adição por combinação de negócio	-	-	(287)	-
Adições	(2.086)	(1.405)	(2.741)	(2.595)
Baixas/realizações	<u>2.043</u>	1.232	<u>2.361</u>	1.942
Saldo no final do exercício/período	<u>(1.090)</u>	(1.047)	<u>(3.544)</u>	(2.877)

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	52.587	97.614	79.953	76.663
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	21.088	5.828	25.414	2.897
De 31 a 60 dias	12.610	2.407	7.017	1.003
De 61 a 90 dias	16.235	2.270	1.758	319
De 91 a 180 dias	34.944	19.858	2.067	303
Acima de 181 dias	79.591	61.130	1.696	166
Total	217.055	189.107	117.905	81.351

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 61 dias são representadas principalmente por venda de produtos para controladas (veja Nota explicativa 9), para a qual não há provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 18.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Produtos acabados	57.408	54.306	145.134	123.968
Produtos em elaboração	8.974	9.516	19.721	17.054
Matérias-primas	37.063	40.944	67.507	65.652
Materiais auxiliares e de manutenção	5.510	5.422	10.983	10.141
Adiantamentos a fornecedores	354	239	7.268	7.772
Importações em andamento	17.969	14.757	41.682	41.604
Provisão para perdas com estoques	(4.283)	(4.039)	(12.149)	(9.981)
	122.995	121.145	280.146	256.210

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício/período	(4.039)	(4.549)	(9.981)	(7.659)
Adição por combinação de negócio	-	-	(1.384)	(1.794)
Adições	(398)	(2.810)	(1.704)	(4.797)
Baixas / realizações	154	3.320	920	4.269
Saldo no final do exercício/período	(4.283)	(4.039)	(12.149)	(9.981)

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com

partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Fras-le S.A.
Informações financeiras intermediárias -
ITR de 31 de março de 2018

	Ativo			Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Randon S.A. Implementos e Participações (b)					
Saldo em 31 de março de 2018	1.360	-	-	859	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	585	-	-	632	-
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)					
Saldo em 31 de março de 2018	1.116	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3	-	-	-	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda (d)					
Saldo em 31 de março de 2018	445	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43	-	-	-	-
Jost do Brasil Sistemas Automotivos (d)					
Saldo em 31 de março de 2018	72	-	-	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1	-	-	-	-
Freios Controil Ltda (e)					
Saldo em 31 de março de 2018	358	-	782	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53	-	768	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)					
Saldo em 31 de março de 2018	35.235	413	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.360	438	-	-	-
Fras-le North America, Inc. (c)					
Saldo em 31 de março de 2018	153.010	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	133.478	-	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)					
Saldo em 31 de março de 2018	289	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	244	-	-	270	-
Fras-le Europe (c)					
Saldo em 31 de março de 2018	806	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.473	-	-	-	-
Fras-le Panamericana (c)					
Saldo em 31 de março de 2018	5.764	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.342	-	-	-	-
FANACIF (c)					
Saldo em 31 de março de 2018	23	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	198.478	413	782	861	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	171.582	438	768	902	-

Fras-le S.A.
Informações financeiras intermediárias -
ITR de 31 de março de 2018

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 31 de março de 2018	89	15	60	-	10	7
Saldo em 31 de março de 2017	196	6	183	30	15	15
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 31 de março de 2018	4.550	1.371	552	3.408	21	13
Saldo em 31 de março de 2017	5.966	1.319	519	2.974	12	17
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)						
Saldo em 31 de março de 2018	7.301	84	507	-	8	9
Saldo em 31 de março de 2017	3.173	139	434	7	8	17
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)						
Saldo em 31 de março de 2018	591	8	368	-	11	8
Saldo em 31 de março de 2017	371	8	193	-	21	8
Freios Controil Ltda (e)						
Saldo em 31 de março de 2018	21	7	392	-	51	-
Saldo em 31 de março de 2017	31	86	-	-	-	-
Randon Consórcios Ltda (d)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	5	-	-	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	1.076	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	1.707	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	9.828	-	-	-	277	-
Saldo em 31 de março de 2017	8.545	-	-	-	209	-
Fras-le North America, Inc (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	27.208	-	-	294	563	-
Saldo em 31 de março de 2017	25.729	4	-	209	509	-
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	93	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	81	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	154	476	-	-	172	-
Saldo em 31 de março de 2017	75	29	-	-	105	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	633	-	-	66	101	-
Saldo em 31 de março de 2017	600	-	-	82	101	-
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	114	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	143	-	-
Fras-le Andina (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	59	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	57	-	-
Fras-le Middle East (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	98	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	67	-	-
Fras-le Panamericana (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	4.317	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	-	-	-
FANACIF (c)						
Saldo em 31 de março de 2018	23	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	-	-	-
Outras Partes Relacionadas (a)						
Saldo em 31 de março de 2018	-	-	-	16	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	-	-	-	25	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	54.715	1.961	1.879	5.224		

Saldo em 31 de março de 2017	44.686	1.591	1.334	5.382
------------------------------	--------	-------	-------	-------

- (a) Saldos mantidos com outras partes relacionadas
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Sociedades controladas pelo controlador direto Randon S.A. Implementos e Participações.
- (e) Sociedades controladas no Brasil.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se à vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Anbima, sem juros.

Os saldos em aberto no período findo não possuem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	1.066	1.585	1.066	1.585
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	25	55	25	55
Total	1.091	1.640	1.091	1.640

A Companhia não pagou às pessoas-chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

10 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Participação em empresas controladas	270.348	188.800	-	-
Ágio PALR e Fanacif	9.101	9.101	-	-
Outros investimentos	-	-	373	396
Lucro não realizado nos estoques	(11.874)	(13.266)	-	-
	267.575	184.635	373	396
Classificado no ativo não circulante - Investimento	300.192	217.147	373	396
Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento	(32.617)	(32.512)	-	-
Total dos investimentos líquidos	267.575	184.635	373	396

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício/período	184.635	80.546	396	464
Variação cambial das investidas	(533)	(501)	(23)	(68)
Equivalência patrimonial	(1.027)	(16.381)	-	-
Lucro não realizado nos estoques da controladora	1.392	(390)	-	-
Aquisição conforme combinação de negócio	20.282	41.308	-	-
Integralização de capital	30.630	-	-	-
Mais Valia	32.196	69.984	-	-
Ágio PALR e Fanacif	-	9.101	-	-
Avaliação Randonprev	-	138	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Outros investimentos	-	830	-	-
Saldos no final do exercício/período	267.575	184.635	373	396

Em janeiro de 2018 a Companhia realizou o pagamento da parcela final da aquisição das controladas PALR S.A. e Fanacif S.A. no montante de R\$ 87.508. O preço de compra das Companhias foi de R\$ 97.547, sendo que R\$ 1625 pela assunção de dívida dos vendedores com as adquiridas e R\$ 8.415 foram retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

Movimentação dos saldos

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Fras-le Panamericana	PALR	FANACIF	Freios Controil	Fras-le Middle	ASK Fras-le	Jurid do Brasil	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	(32.512)	13.303	314	534	39.701	6.883	410	527	83.242	26.094	50.026	278	-	-	188.800
- Equivalência patrimonial	51	(1.165)	(52)	(26)	(85)	(121)	(175)	(88)	779	155	577	(28)	(769)	(80)	(1.027)
- Aquisição conforme combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.282	20.282
- Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.841	-	-	16.789	-	30.630
- Mais Valia (Nota explicativa 2.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.196	32.196
- Ajustes acumulados de conversão	(156)	(748)	6	44	1.549	198	12	33	(1.713)	511	-	1	(270)	-	(533)
Saldos em 31 de março de 2018	(32.617)	11.390	268	552	41.165	6.960	247	472	82.308	40.601	50.603	251	15.750	52.398	270.348

Informações das investidas

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Fras-le Panameri- cana	PALR	FANACIF	Freios Controil	Fras-le Middle	ASK Fras-le	Jurid do Brasil	31/03/2018	31/12/2017
Capital social	21.793	6.622	24	2	25.120	2.133	55	829	5.835	29.565	55.000	64	32.302	70.821	-	-
Ações (em lote de mil)																
- Ordinárias	1	13.352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.385	-	-	-
- Quotas	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	54.988	1	-	56.728	-	-
Participação no capital social, no final do exercício- %	100	94	99	99,66	100	100	100	100	100	100	99,99	100	51,00	80,10	-	-
Ativos	134.736	59.801	290	564	53.304	11.536	275	4.719	66.701	29.740	68.431	253	32.594	38.470	-	-
Passivos	167.353	47.683	18	11	12.139	4.577	28	4.247	35.443	5.143	17.825	3	1.713	12.332	-	-
Patrimônio líquido ajustado	(32.617)	12.117	271	553	41.165	6.959	247	472	29.900	24.597	50.605	250	30.882	26.138	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	51	(1.239)	(53)	(26)	(85)	(121)	(175)	(88)	1.811	663	577	(28)	(1.508)	817	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(156)	(748)	6	44	1.549	198	12	33	(1.713)	511	-	1	(270)	-	(533)	(501)
Resultado da equivalência patrimonial	51	(1.165)	(52)	(26)	(85)	(121)	(175)	(88)	779	155	577	(28)	(769)	766	(1.027)	(16.381)
Valor do investimento líquido	(32.617)	11.390	268	552	41.165	6.960	247	472	82.308	40.601	50.603	251	15.750	52.398	270.348	188.800

11 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-base de 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo	31/03/2018			31/12/2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/03/2018	31/12/2017
Contingente								
a) cível	-	152	-	-	151	-	-	-
b) tributário	-	5.775	14.678	-	5.705	14.554	4.668	4.668
c) trabalhista	5.052	25.281	9	5.387	23.898	9	6.248	6.196
d) previdenciário	175	-	-	223	-	-	60	60
Total	5.227	31.208	14.687	5.610	29.754	14.563	10.976	10.924

Consolidado

Passivo	31/03/2018			31/12/2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/03/2018	31/12/2017
Contingente								
a) cível	-	9.146	-	-	9.034	-	-	-
b) tributário	367	7.242	14.682	89	7.155	14.559	4.668	4.668
c) trabalhista	8.937	29.579	9	7.732	28.109	9	7.054	6.916
d) previdenciário	175	-	-	223	-	-	60	60
Total	9.479	45.967	14.691	8.044	44.298	14.568	11.782	11.644

- **Cível** - Trata-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigação contratual.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.
- **Trabalhista** - Diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
- **Previdenciário** - Autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF.

12 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	Controladora		Consolidado	
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4,0% a 5,0% a.a.	02/2020	3.785	3.786	3.785	3.786
BNDES	TJLP	2,0% a 3,0% a.a.	11/2019	7.811	7.804	7.811	7.804
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	4.190	3.934	4.190	3.934
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	3,4% a.a.	08/2018	-	-	42	66
Vendor	Selic	3,0% a.a.	06/2018	2.201	2.526	2.750	3.098
Moeda estrangeira:							
	Libor + Fixo+ Variação cambial						
Empréstimos bancários		4,0% a.a.	12/2032	-	-	6.709	12.872
Empréstimos bancários	Taxa fixa	20,6% a.a.	11/2018	-	-	5.832	2.294
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	2.358	2.349	2.358	2.349
	Libor + Variação cambial						
Resolução 2770 NCE		4,5% a.a.	03/2020	30.354	31.367	30.354	31.367
	Taxa fixa + Variação cambial						
ACC		3,4% a 4,4%a.a.	11/2018	64.469	67.468	64.469	67.468
				115.168	119.234	128.300	135.038
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4,0% a 5,0% a.a.	02/2020	3.457	4.400	3.457	4.400
BNDES	TJLP	2,0% a 3,0% a.a.	11/2019	5.178	7.108	5.178	7.108
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	19.054	19.808	19.054	19.808
Moeda estrangeira:							
	Libor + Variação cambial	4,0% a.a.	12/2032	-	-	6.174	6.263
Empréstimos bancários							
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	1.955	2.530	1.955	2.530
	Libor + variação cambial						
Resolução 2770 NCE		4,5% a.a.	03/2020	30.217	45.109	30.217	45.109
				59.861	78.955	66.035	85.218
Total de empréstimos sujeitos a juros				175.029	198.189	194.335	220.256

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da Controladora Direta, Randon S.A. Implementos e Participações no valor de R\$ 103.858 (R\$ 128.196 em 31 de dezembro de 2017).

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou o Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/ incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na

geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de março de 2018, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.201 na controladora e R\$ 2.750 no consolidado (R\$ 2.526 na controladora e R\$ 3.098 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entres as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pela coligada, Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Controladora

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/03/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	198.189	(22.283)	(2.818)	1.737	204	175.029
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.743	-	(23.730)	-	-	13

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/03/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	226.976	303	(3.821)	2.949	(4.144)	222.263
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.991	-	(6.142)	-	-	849

Consolidado

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/03/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	220.256	(24.838)	(3.149)	1.861	205	194.335
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.743	-	(23.730)	-	-	13

	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/03/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	256.168	(6.177)	(4.465)	3.288	(4.808)	224.006
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.991	-	(6.142)	-	-	849

13 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41- Resultado por ação (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro líquido do período	45.194	9.872
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	214.566	214.566
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	0,2106	0,0460

14 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(2.010)	(2.871)	(2.889)	(3.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(19.230)	(2.201)	(19.151)	(1.587)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(21.240)	(5.072)	(22.040)	(4.844)
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Demonstração do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício/período:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - <i>Hedge Accounting</i>	-	1.462	-	1.462
	-	1.462	-	1.462

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro contábil antes dos impostos	66.434	14.944	66.603	14.753
À alíquota fiscal de 34%	(22.588)	(5.081)	(22.645)	(5.016)
Despesa não dedutíveis	(474)	(60)	(481)	(60)
Resultado equivalência patrimonial	(349)	13	-	-
Despesas incentivadas	935	560	960	560
Mais valia nas aquisições	689	-	689	-
Ajustes alíquota exterior	-	-	1.209	-
Outros itens	547	(504)	(1.772)	(328)
	(21.240)	(5.072)	(22.040)	(4.844)
Alíquota efetiva	31,97%	33,94%	33,09%	32,83%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora

	Balço patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Provisão para comissões e fretes	458	528	-	-	(70)	(21)
Provisão para devedores duvidosos	370	356	-	-	14	(2)
Provisão para contingências	1.787	1.917	-	-	(130)	1.672
Provisão para estoques obsoletos	1.456	1.373	-	-	83	14
Operações com derivativos	(582)	(873)	-	1.647	291	290
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.625)	(1.606)	-	-	(19)	12
Provisão desvínculo de funcionários	854	944	-	-	(90)	-
Participação dos diretores e funcionários	911	2.551	-	-	(1.640)	(1.472)
Provisões diversas e outros	1.522	1.571	-	-	(49)	(1.716)
Randonprev avaliação atuarial	(164)	(218)	-	-	54	(329)
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(16.929)	(17.175)	-	-	246	285
Lucro não realizado nos estoques	4.036	4.510	-	-	(474)	(486)
Compra vantajosa Controil	(38)	(134)	-	-	96	73
Mais valia	(37.326)	(20.170)	-	-	(17.156)	-
Depreciação vida útil / fiscal	(17.156)	(16.770)	-	-	(386)	(521)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos						
Passivo fiscal diferido	(62.426)	(43.196)	-	-	(19.230)	(2.201)
Patrimônio Líquido			-	1.647		

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízos fiscais a compensar	24.892	24.947	-	-	252	(177)
Provisão para comissões e fretes	458	305	-	-	70	(21)
Provisão para devedores duvidosos	790	674	-	-	(114)	(1)
Provisão para contingências	1.824	1.955	-	-	131	1.682
Provisão estoques obsoletos	2.128	1.679	-	-	3	23
Operações de derivativos	(582)	(872)	-	1.647	(291)	290
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.621)	(1.319)	-	-	16	37
Provisão desvinculo de funcionários	898	944	-	-	91	-
Participação dos diretores e funcionários	952	4.188	-	-	1.598	(1.472)
Provisões diversas	4.146	3.190	-	-	442	(1.681)
Randonprev avaliação atuarial	(164)	(218)	-	-	(54)	(329)
Ajuste valor atribuído do imobilizado	(21.594)	(22.018)	-	-	(439)	429
Mais valia	(37.326)	(20.170)	-	-	17.156	-
Compra vantajosa Controil	(38)	(134)	-	-	(96)	73
Depreciação vida útil / fiscal	(17.156)	(16.770)	-	-	386	(440)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					19.151	(1.587)
Ativo fiscal diferido	25.593	25.718	-	-		
Passivo fiscal diferido	(67.986)	(49.337)	-	-		
Patrimônio Líquido			-	1.647		

15 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita bruta de vendas	195.988	182.140	316.143	242.933
Devolução de vendas	(298)	(201)	(823)	(612)
Ajuste a valor presente	(1.332)	(3.112)	(1.471)	(3.218)
Impostos sobre a venda	(49.597)	(50.164)	(67.281)	(61.735)
Receita operacional líquida	144.761	128.663	246.568	177.368

16 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(106.631)	(99.859)	(183.786)	(138.421)
Despesas com vendas	(12.615)	(11.835)	(22.755)	(17.590)
Despesas administrativas e gerais	(10.464)	(9.142)	(20.547)	(13.253)
Remuneração dos administradores	(900)	(986)	(946)	(986)
Outras despesas operacionais	(1.546)	(3.547)	(3.884)	(4.207)
	(132.156)	(125.369)	(231.918)	(174.457)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(6.463)	(6.739)	(10.376)	(9.430)
Despesas com pessoal	(36.332)	(36.195)	(59.811)	(48.882)
Remuneração e participação dos administradores	(900)	(986)	(946)	(986)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(55.387)	(51.928)	(104.744)	(75.034)
Fretes	(4.438)	(3.958)	(6.763)	(5.162)
Energia elétrica	(3.051)	(2.824)	(5.690)	(4.053)
Comissões	(920)	(850)	(1.366)	(1.022)
Conservação e manutenção	(6.170)	(4.861)	(8.420)	(6.566)
Assessoria em TI	(934)	(632)	(1.164)	(632)
Assistência técnica	(56)	(92)	(119)	(92)
Aluguéis	(1.176)	(1.260)	(2.324)	(2.247)
Custos mercadológicos	(1.462)	(1.473)	(2.649)	(1.714)
Honorários profissionais	(2.833)	(2.112)	(5.191)	(3.429)
Outras despesas	(12.044)	(11.459)	(22.355)	(15.208)
	(132.156)	(125.369)	(231.918)	(174.457)

17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras:				
Variação cambial	5.940	11.740	6.042	11.828
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	4.567	14.622	4.617	14.731
Ajuste a valor presente	1.459	3.025	1.586	3.158
Outras receitas financeiras	117	48	1.038	715
	12.083	29.435	13.283	30.432
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(4.384)	(12.535)	(7.631)	(12.683)
Juros sobre financiamentos	(2.193)	(2.980)	(5.087)	(3.372)
Perdas com outras operações de derivativos	-	(1)	-	(1)
Ajuste a valor presente	(550)	(809)	(623)	(907)
Juros de mora	(47)	(20)	(56)	(23)
Despesas bancárias	(1.080)	(1.720)	(1.742)	(1.740)
Descontos Concedidos	(102)	(100)	(152)	(116)
Outras despesas financeiras	(1.555)	(1.329)	(1.728)	(1.840)
	(9.911)	(19.494)	(17.019)	(20.682)
Resultado financeiro líquido	2.172	9.941	(3.736)	9.750

18 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização

de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	Nota	Hierarquia	Valor contábil		Valor justo	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(2)	82.200	216.136	82.200	216.136
Aplicações financeiras	6	(2)	181.991	241.473	181.980	241.461
Custo amortizado						
Clientes	7	(2)	215.434	187.402	215.434	187.402
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(48.950)	(53.961)	(48.950)	(53.961)
Empréstimos e financiamentos	12	(2)	(175.029)	(198.189)	(11.646)	(188.128)
Total			255.646	392.861	419.018	402.910

Consolidado	Nota	Hierarquia	Valor contábil		Valor justo	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(2)	112.809	237.773	112.809	237.773
Aplicações financeiras	6	(2)	181.991	241.473	181.980	241.461
Custo amortizado						
Clientes	7	(2)	113.795	77.793	113.795	77.793
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(86.477)	(78.378)	(86.477)	(78.378)
Empréstimos e financiamentos	12	(2)	(194.335)	(220.256)	(14.443)	(207.219)
Total			127.783	258.405	307.664	271.430

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o período findo em 31 de março de 2018.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas

taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI e variação nas taxas do US\$.

Sensibilidade à taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos à taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de março de 2018, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Deterioração das receitas financeiras

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	R\$	18.838	14.128	9.419
		Depreciação da taxa em	25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remota
CDI %		6,39%	4,79%	3,20%
Aumento das despesas financeiras				

	Moeda	Cenário Provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instituições financeiras	R\$	13.191	17.344	21.910
		Apreciação da taxa em	25%	50%
Referência para passivos financeiros		Provável	Possível	Remota
TJLP		6,75%	8,44%	10,13%
URTJ		4,32%	5,40%	6,48%
CDI		6,39%	8,00%	9,59%
US\$		3,32	4,15	4,99
LIBOR Semestral		2,45%	3,07%	3,68%
IPCA		2,84%	3,56%	4,27%
BADLAR		22,56%	28,20%	33,84%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 48 (IFRS 9)) e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designa formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos

derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no período findo em 31 de março de 2018 apresentou variação negativa de 0,48% (1,50% negativa em 31 de dezembro de 2017). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 48. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos

contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido à variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*

Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa Designação	Notional US\$	Variação Cambial	
					Contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor Contábil
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	5.456	5.352	18.130

(*) Valor diferido no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de proteção designados para *Hedge Accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações

Ano de referência	Valor Designado Financiamento US\$ (Instrumento de Hedge)	Vendas em US\$ designadas (Objeto de hedge)
2018	2.728	2.728
2019	2.728	2.728
Total	5.456	5.456

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	124.332	106.931	36.132	26.198
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	38.917	44.989	44.548	51.467
C. Exportações futuras designadas para <i>hedge accounting</i>	5.456	8.183	5.456	8.183
D. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C)	90.870	70.125	(2.961)	(17.086)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as

variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	302.032	377.540	453.048
	Queda do US\$	302.032	226.524	151.016
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	(9.842)	(12.303)	(14.763)
	Queda do US\$	(9.842)	(7.382)	(4.921)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	12	175.029	198.189
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	5 e 6	<u>(264.191)</u>	<u>(457.609)</u>
Dívida líquida		(89.162)	(259.420)
Patrimônio líquido		<u>828.103</u>	<u>780.895</u>
Patrimônio e dívida líquida		<u>739.666</u>	<u>521.475</u>
Quociente de alavancagem		-	-
	Nota		

	31/03/2018	31/12/2017
Consolidado		
Empréstimos e financiamentos	12 194.335	220.256
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	5 e 6 <u>(294.800)</u>	<u>(479.246)</u>
Dívida líquida	(100.465)	(258.990)
Patrimônio líquido	<u>828.103</u>	<u>780.895</u>
Patrimônio e dívida líquida	<u>728.363</u>	<u>521.905</u>
Quociente de alavancagem	<u>-</u>	<u>-</u>

Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de março de 2018, a Companhia contava com aproximadamente 30 clientes que deviam mais que R\$ 1.482 cada (em 31 de dezembro de 2017 eram 31 clientes que deviam R\$ 1.165 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 278 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 68 cada. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota explicativa 7.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de

crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Período findo em 31 de março de 2018	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	32.528	85.706	62.745	5.311	186.289	175.029
Fornecedores	49.116	-	-	-	49.116	48.950
	81.644	85.706	62.745	5.311	235.405	223.979
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	32.649	88.798	83.492	5.256	210.195	198.189
Fornecedores	54.091	-	-	-	54.091	53.961
	86.740	88.798	83.492	5.256	264.286	252.150

Consolidado

Período findo em 31 de março de 2018	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	34.985	96.783	70.098	5.311	207.177	194.335
Fornecedores	86.668	-	-	-	86.668	86.477
	121.653	96.783	70.098	5.311	293.845	280.812
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	42.112	95.646	90.951	5.256	233.965	220.256
Fornecedores	78.536	-	-	-	78.536	78.378
	120.648	95.646	90.951	5.256	312.501	298.634

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia através da sua controlada Fras-le North America, Inc., contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo “swap” com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos expostas à taxa de juros Libor, trocando este indexador para uma taxa pré-fixada. Tal instrumento representou em 31 de março de 2018 uma Marcação a Mercado (MTM) de US\$ 8 de posição ativa (em 31 de dezembro de 2017 uma Marcação a Mercado (MTM) de US\$ 24 de posição passiva).

19 Compromissos

Garantias

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais e fianças:

		<u>Consolidado</u>	
Tipo de garantia		31/03/2018	31/12/2017
Freios Controil Ltda	Aval e fiança	42	66

20 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

- **Segmento de montadoras:** referem-se aos resultados consolidados dos períodos findos em 31 de março 2018 e 2017 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.
- **Segmento de reposição:** referem-se aos resultados consolidados dos períodos findos em 31 de março 2018 e 2017 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	<u>Montadoras</u>		<u>Reposição</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita líquida para terceiros	28.678	23.681	217.890	153.687	246.568	177.368
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(20.815)	(20.339)	(162.971)	(118.082)	(183.786)	(138.421)
Lucro bruto	7.863	3.342	54.919	35.605	62.782	38.947
Receita/despesas operacionais					7.557	(33.944)
Resultado financeiro líquido					(3.736)	9.750
Lucro antes do imposto sobre o lucro					66.603	14.753

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	<u>Montadoras</u>		<u>Reposição</u>		<u>Total consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Região:						
Mercado nacional	20.589	15.586	95.577	83.067	116.166	98.653
Nafta	6.478	6.830	46.294	22.830	52.772	29.660
Europa	257	122	8.385	8.014	8.642	8.136
Mercosul	212	-	57.441	27.612	57.653	27.612
África	-	-	1.455	4.841	1.455	4.841
Ásia e Oceania	1.142	1.144	3.251	3.187	4.393	4.331
Outros	-	-	5.487	4.135	5.487	4.135
Total	28.678	23.682	217.890	153.686	246.568	177.368

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

c. Ativo por área geográfica

	<u>Ativo</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Brasil	352.993	311.810
Estados Unidos	38.125	38.734
Argentina	73.220	75.604
Chile	16	17
México	41	23
China	18.671	18.106
Alemanha	179	201
África	2	2
Emirados Arábies	-	4
Colômbia	63	30
Uruguai	20.308	22.641
Índia	23.583	-
Eliminações	(1.576)	(1.206)
Total	525.625	465.966